
Notas Bibliográficas

Documentos dos primeiros oito concílios ecumênicos. / Tradução Otto SKRZYPCZAK; introdução Urbano ZILLES. (Coleção: Teologia; 19) – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 2ª edição revista e ampliada. 127 pp., 21 — 13,8 cm. ISBN 85-7430-161-2

No primeiro número da *Perspectiva Teológica* do ano passado, publicou-se a resenha da 1ª edição desta obra (cf. *Perspectiva Teológica* 32 (2000) 117-118). O recenseador criticava a falta de seriedade científica da publicação, tanto mais séria por ter sido editada por uma Universidade. Poucos meses depois de a revista ter sido dada a público, o recenseador recebe, para seu espanto, esta 2ª edição, revista e ampliada. A qualificação dos revisores, Reinhold Aloysius Ullmann e Geraldo L. B. Hackmann, dava esperança de uma edição impecável. De fato, compulsando de imediato os dois pontos criticados na resenha, o recenseador verificou que haviam sido corrigidos. Os quatro advérbios da definição de Calcedônia lá estavam na íntegra e o cânon 6 do Concílio aparecia em tradução impecável, com uma nota de rodapé elucidativa. Parecia manifestar a seriedade científica da editora universitária que, desprezando as perdas econômicas, preferiu ao prejuízo a manutenção de seu bom nome.

Entretanto, para decepção do recenseador, a nova edição não está isenta de erros, alguns bem graves. Basta compulsar o primeiro texto conciliar, o Credo de Nicéia (p. 17). Com espanto, lê-se, depois do tópico central “gerado e não feito, da mesma substância do Pai”, um inciso que diz “segundo os gregos consubstancial ao Pai”. Estranhando esse acréscimo, o recenseador recorre ao texto original, onde – como era de esperar – não encontra nada semelhante. Porém, por acaso, olha a tradução latina e lá está esse parêntese. O texto havia sido traduzido da tradução latina e não do original grego, sem que se tivesse tido sequer o trabalho de comparar com o original.

Também o símbolo Niceno-Constantinopolitano, outro credo de importância fundamental para a formulação dogmática trinitária, apresenta um problema sério. Além de, incompreensivelmente, não se encontrar entre os textos do Concílio de Constantinopla I, mas entre os de Calcedônia (p. 54), acrescenta-se ao texto original o *filioque* (“procede do Pai e do Filho”) que, na realidade, é um acréscimo ocidental da época carolíngia rejeitado pelas Igrejas Ortodoxas fiéis aos Concílios de Constantinopla e Calcedônia. Na 1ª ed., o *filioque*, com razão, estava ausente. Por outro lado, porém, a 2ª ed. corrigiu a heresia introduzida na tradução anterior do mesmo símbolo de fé. Lá se lia, de fato, que o Filho Unigênito “foi feito” pelo Pai (1ª ed., p. 54), o que é simplesmente o arianismo que os Padres de Nicéia tinham querido condenar! Eis

o texto da 1ª edição: "consustancial ao Pai, *pelo qual foi feito*". Escapou à revisão a palavra "*tudo*", o que deturpou completamente o símbolo conciliar.

O texto central de Calcedônia, por uma parte, fô restaurado em sua integridade pela inserção do quarto advérbio que faltava, no entanto, por outra contém um erro crasso. A 1ª ed. traduzia corretamente: "da mesma substância do Pai quanto à divindade e quanto à humanidade da mesma substância que nós" (1ª ed., p. 56). Na 2ª ed. lemos: "consustancial ao Pai quanto à divindade e quanto à humanidade *substancial* a nós" (p. 56). Se foi vantagem, com relação à 1ª ed., o emprego do termo "consustancial", usado em Calcedônia, um cochilo de revisão não repetiu a palavra ao referir-se à humanidade, mas permitiu essa afirmação sem sentido que aí está.

Traduzir e publicar tais textos venerandos e veneráveis é uma responsabilidade demasiado grande. As aventuras da tradução aqui recenseada aconselha cautela diante da notícia de que duas editoras católicas brasileiras estão pretendendo publicar em português a última edição do Denzinger (Denziger / Hünermann). Pode-se temer, com razão, que a qualidade da tradução não corresponda ao que exige a importância do empreendimento. Oxalá sigam o conselho do Evangelho e meçam as forças antes de se entregar à empresa (cf. Lc 14,18-31).

F.T.

TUNC, Suzanne: *También las mujeres seguían a Jesús*. / Tradução do francês por Gregorio de Pablos. Santander: Sal Terrae, 1999. 167 pp., 21,3 X 13,6 cm. Coleção: Presencia teológica, 98. ISBN 84-293-1322-2.

Tema do livro é o papel da mulher na Igreja à luz da atitude de Jesus com relação às mulheres. Mas, no fundo, o que interessa mesmo é a questão da ordenação de mulheres. A A. inicia refletindo sobre o seguimento de Jesus, em que consistia (cap. 1) e quem seguia a Jesus (cap. 2). O seguimento significava viver com Jesus em comunidade de iguais (cap. 3). Quem seguia a Jesus evidentemente participava das refeições comunitárias, entre as quais a última ceia (cap. 4). Em todo esse caminho, a A. vai mostrando a presença das mulheres e relativizando muitos chavões conhecidos a respeito dos discípulos varões. Sobressai, entre as seguidoras de Jesus, Maria de Mágdala. A fusão entre ela, Maria de Betânia e a pecadora de Lc 7 deturpou, no Ocidente, a figura da primeira. Na Igreja Oriental, as três continuam veneradas separadamente em datas distintas do calendário litúrgico. Outro ponto interessante é a argumentação da A. a respeito da presença de mulheres, e especialmente Maria de Mágdala, na última ceia. As conseqüências são significativas.

Depois desses capítulos dedicados à vida pública, a A. dedica o cap. 5 às mulheres na morte, ressurreição e envio do Espírito de Jesus. Sua presença em todos esses momentos é abundantemente atestada pelos Evangelhos e pelos Atos dos Apóstolos. Mas a A. observa que, depois de Pentecostes, um véu de "silêncio se estende sobre elas" (85). O cap. 6 trata de remover esse véu a partir dos textos dos Atos dos Apóstolos e das epístolas paulinas. Também a suspeita de conflito entre as mulheres e os Doze, subjacente a

muitos apócrifos, lança alguma luz sobre a possível situação da mulher na Igreja primitiva.

Não obstante, a mulher vai sendo progressivamente eliminada da liderança (cap. 7), como o mostram, nos livros bíblicos, os códigos de moral doméstica e as epístolas pastorais. Dados históricos extrabíblicos, como a instituição das viúvas e das diaconisas e os testemunhos de seitas cristãs da Antigüidade, mostram a resistência das mulheres à sua exclusão do ministério. O cap. 8 explicita os argumentos tradicionais para vetar o ministério às mulheres: a inferioridade das mulheres, sua impureza, sua incompatibilidade com o sagrado e o sacerdócio. O cap. 9 acrescenta as razões que hoje se invocam: a Palavra de Deus, a tradição, a masculinidade de Jesus, o símbolo nupcial. Na conclusão, a A. faz uma peroração pela necessidade de repensar a questão. Chama à atenção a pontos muito essenciais, como a privação da eucaristia derivada da falta de ministros ordenados. Fato de graves conseqüências para a vida e vivência cristãs, das quais a eucaristia deveria ser "centro e cume" (LG 11). "O grave – diz a A., com muita razão – é que os cristãos se habituem a essas celebrações" (celebrações da Palavra, sem ministro ordenado, com distribuição da eucaristia consagrada em alguma missa longínqua no tempo e no espaço) (164). Não poucas vezes os cristãos se acostumam e gostam tanto desse estilo de celebração que chegam a desejar que não mude a situação. Entre nós ouve-se dizer: "A 'missa' da irmãzinha é mais bonita que a do padre"...

O recenseador é de opinião que o problema do ministério ordenado na Igreja não se reduz à questão de ordenar ou não ordenar mulheres. É mais amplo e mais grave. A A. sabe disso, como o provam algumas menções ao contexto mais vasto. "A tradição constante, desde a Igreja dos primeiros séculos, é que quem preside a assembléia, preside a eucaristia" (p. 164). Ordenar quem preside, de fato, a comunidade corresponderia melhor à tradição do que o ministério ordenado de estilo tridentino. Em vez disso, os responsáveis pela Igreja ficam "esperando que caiam do céu presbíteros segundo o modelo antigo", quando tantos responsáveis por comunidades, embora casados, "apresentam as condições de fé, estabilidade, preparação e competência (ou poderiam adquiri-las rapidamente, se se lhes abrisse o caminho para a ordenação)" (p. 164).

Eis um livro, ao mesmo tempo, tranqüilo e cheio de justa indignação, aberto ao futuro e fiel à tradição, singelo e fundamentado. Não se trata de alta teologia, mas – diria – de uma reflexão bíblica, teológica, histórica. Um livro profundamente verdadeiro e cristão. Pode ser lido de modo fluente, pois destinado ao cristão mediano, naturalmente "cristão mediano" da França (e da Espanha), o que supõe um bom segundo grau e mesmo um título acadêmico. Pode-se discordar de um ou outro ponto, observar uma que outra inexatidão, mas, no conjunto, tem um caráter profético e evangélico que não se pode negar. Bem que poderia ser traduzido ao português.

F.T.

FORTE, Bruno: *Dio nel Novecento*: Tra filosofia e teologia. Brescia: Morcelliana, 1998. 77 pp., 21 X 15 cm. ISBN 88-372-1673-4.

Deus no século XX. Tema fascinante que B. Forte, renomado teólogo italiano, aborda de maneira clara, precisa e sintética. Joga com conhecimentos filosóficos e teológicos. Apresenta as posições sobre Deus nesse século em três quadros. No primeiro, centra-se sobre K. Barth, como reivindicação da absoluta transcendência e primado de Deus, em oposição a um cristianismo liberal humanista que o precede. O segundo quadro faz um giro de 180° em relação ao anterior, sem cair na posição liberal do século passado. Põe o ser humano no centro. Virada antropocêntrica. A partir daí entende Deus. Os autores estudados são R. Bultmann, D. Bonhöffer, K. Rahner e H. de Lubac. Como pano de fundo trabalha muito o pensamento de Heidegger. O terceiro quadro é o da história: as teologias políticas, da esperança e da libertação.

O livro supõe certa familiaridade com a teologia e filosofia. Vale pelas sínteses bem breves e pertinentes de teólogos de grande peso.

JBL

FORTE, Bruno: *La porta della Bellezza*: Per un'estetica teologica. Brescia: Morcelliana, 1999. 151 pp., 21 x 15 cm. ISBN 88-372-1719-6.

Pode-se dividir o livro em duas grandes partes. Na primeira, o A. estuda elementos da teologia da beleza nos seguintes pensadores: Santo Agostinho, Santo Tomás, Kierkegaard, Dostoevskij, von Balthasar e Evdokimov. Na segunda parte, reflete sobre a beleza na música, no cinema, na poesia terminando num capítulo com o sugestivo título: "A beleza mortal, no limiar da beleza eterna".

A escolha dos autores é significativa. Escolhe-se Santo Agostinho da patrística. Santo de enorme sensibilidade estética e de profunda experiência da beleza de Deus. O A. parte da famosa passagem das *Confissões* onde Agostinho exclama: "Tarde te amei, beleza tão antiga e tão nova, tarde te amei". A relação entre amor e beleza ocupa o pensamento agostiniano. "Não é verdade que não amamos a não ser o belo?"

Santo Tomás oferece outra perspectiva. A metafísica do belo. Todo belo vem de Deus, sem o qual nada pode ser belo. Estuda a beleza pelo caminho da mediação do Filho de Deus, onde a beleza de Deus se manifesta em sua plenitude, mesmo na cruz. Na metafísica do belo, Santo Tomás indica suas características essenciais: integridade, proporção e claridade.

O A. faz o mesmo com os outros autores, captando-lhes a perspectiva sob a qual entende a beleza.

Num estudo mais sistemático e temático, analisa a música sob o ângulo da beleza. Analisa três modelos semânticos interpretativos: objetivista ou cosmológico, subjetivista ou antropológico e semiológico. Antes alude à resposta negativa de E. Hanslick para quem com sua teoria "formalística" a música não tem conteúdo. Sua beleza consiste unicamente nos sons e na sua interligação. Em seguida, pergunta-se pelo cinema como via de comunicação da fé. Interessa-se por estudar as condições de possibilidade do cinema de abertura ao Mistério. Depois de precisar as coordenadas fundamentais do

falar humano de Deus à luz de sua Revelação, aprofunda as linguagens da fé que se aproximam das usadas pelo cinema (a icônica e a narrativa).

Um último capítulo temático se refere à verdade da poesia. Inicia com breve referência à passagem de Jesus diante de Pilatos que lhe pergunta: *Quid est veritas?* O que é a verdade? Em forma de anagrama, os medievais responderam: *Est vir qui adest!* – É o varão que está aí presente! Jesus na forma de condenado por amor. E também se refere à concepção grega de verdade. Persegue os escritos do poeta italiano Mario Luzi em quem esses dois mundos de verdade se cruzam. A poesia é vista como advento da verdade.

As últimas páginas do livro deixam o leitor nos umbrais da eternidade. “Não é a beleza aquilo de que se deveria necessariamente partir?” Teme-se mais a beleza do que a morte. Aceitar a beleza é aceitar uma difícil vida nova. A beleza revela a fragilidade de nossa morada, mas também é umbral onde se realiza aquela transgressão em direção ao Mistério. As últimas frases do livro resumem bem sua tese central. “A beleza do que passa é umbral que abre para os horizontes da Beleza que não passa. O Todo se oferece no fragmento, o fragmento se abre para o Todo por meio da porta da beleza”.

Livro muito bonito. Falar da beleza só tem sentido se o estilo já encarna na sua forma o conteúdo. O A. consegue-o magistralmente. Estilo e linguagem poéticos, muito ricos em paradoxos, contrastes, jogo de imagens que tornam a leitura um prazer estético. As idéias, às vezes, se perdem nas brumas poéticas do estilo ou nas espumas abundantes da linguagem. Mas sempre produz um prazer no leitor que segue agraciado por citações muito bem escolhidas, sejam dos autores estudados, sejam de outros. Predomina sempre o aspecto da beleza.

JBL

STEFANI, Piero: *Chiesa, Ebraismo e altre Religioni*. Commento alla ‘Nostra aetate’. Padova: Messaggero, 1998. 267 pp., 19 X 12,5 cm. ISBN 88-250-0641-1.

No centro do livro está a Declaração *Nostra Aetate* sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs do Concílio Vaticano II. No primeiro capítulo, o A. lança um olhar sincrônico ao documento. Estuda-lhe a natureza de “declaração”, diferente dos outros tipos de documentos emitidos pelo Concílio que são constituições e decretos. As Constituições são os textos maiores, mais importantes, complementados pelos Decretos. As declarações tratam de questões novas, dirigidas ao exterior, falando a pessoas para além da distinção entre cristãos e não cristãos, fiéis ou não. Em seguida, aborda a questão do título. Mesmo que ele siga a regra de intitular-se pelas duas primeiras palavras da versão latina, estas, no entanto, foram escolhidas de propósito. No caso, chama-se a atenção para a atualidade de tal tema. Continuando o capítulo, o A. trata das subdivisões internas do texto, do conjunto de provas aduzido e do seu objeto próprio.

Um segundo capítulo mais longo estuda a gênese e os desenvolvimentos do texto. Inicia descrevendo o quadro de fundo da questão hebraica, onde há referências ao holocausto, ao papel do judeu J. Isaac, do Papa João XXIII e do Card. Bea. Entra também na questão do sionismo e do nascimento do Estado

de Israel para concluir o parágrafo com a visão cristã dos hebreus. Indo mais diretamente ao texto, distingue duas fases. Na gênese remota, acena ao período anterior e posterior à 2a. guerra mundial. Noutro momento, percorre as fases pelas quais passou o texto no interior do Concílio.

Como o documento é relativamente curto, o A. tece nos capítulos seguintes um comentário a cada parágrafo do mesmo. Dessa maneira, o leitor tem nesse livro um estudo relativamente minucioso do texto do documento conciliar. As divisões em capítulo contemplam as cinco partes da Declaração conciliar: uma introdução, um parágrafo dedicado às religiões não-cristãs em geral com menção explícita do hinduísmo e budismo, outro à religião muçulmana, outro à hebraica e finalmente um apelo à fraternidade universal.

Apesar de ser um documento publicado em 1965, por ocasião da quarta e última sessão do Concílio, sempre é uma fonte para a teologia. Ora bem, como a teologia das religiões constitui-se hoje a fronteira avançada da teologia, esse estudo é bem-vindo. As reflexões teológicas não podem desconhecer os textos conciliares. Tanto "Nostra aetate" como "Ad gentes" ocupam papel importante para o diálogo inter-religioso. Aqui nos deparamos com estudo pormenorizado da Declaração "Nostra aetate".

Ao fazer a análise do documento, o A. relaciona-o abundantemente com outros textos do mesmo Concílio. Assim consegue-se uma inteligência mais profunda e contextualizada da declaração conciliar. O A. faz-lhe uma leitura crítica, com os dados do momento atual. Aparecem nesse comentário as questões da teologia da religião, hoje tão acerbamente debatidas.

JBL

SICRE, José Luis, *O Quadrante. I. A Busca: Introdução aos Evangelhos. II. A Apostasia: o mundo de Jesus. III. O Encontro: O quarto Evangelho*. Tradução da edição espanhola de 1996 por Pedro Lima Vasconcellos. São Paulo: Paulinas, 1999. 3 vols. 333 / 336 / 331 pp., 23 X 16cm. ISBN 85-356-0399-9 / 85-356-0454-5 / 85-356-0477-4.

Alguns anos atrás foi publicada entre nós, em tradução, a obra de G. Theissen, *A Sombra do Galileu*. Era um romance cujos protagonistas expressavam o traço que Jesus deixou em sua vida: uma maneira agradável para mostrar, ao mesmo tempo, o que sobrou de indícios históricos a respeito de Jesus de Nazaré e qual foi seu "efeito".

O *Quadrante*, de J. L. Sicre, Professor na Universidade de Granada (Esp.) e no Instituto Bíblico de Roma, tem alguma semelhança com isso. É uma obra em três volumes, que descrevem uma viagem através do mundo dos evangelhos. Mas enquanto Theissen focalizava o Jesus histórico e seu efeito, Sicre põe na mira os evangelhos como obras redatoriais. Em função disso, permeia o "romance" com excursos de iniciação na metodologia científica do estudo dos evangelhos. O efeito é atrativo. Depois de algumas páginas de "aventura", com diálogos aos quais não falta a picardia espanhola, o leitor se sente bem motivado para enfrentar algumas páginas de metodologia histórico-literária. Neste sentido, a obra oferece uma alternativa bem contemporânea para os cursos de introdução.

O primeiro volume apresenta o processo de formação dos evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas (os “sinóticos”, com os acentos próprios de cada um). O segundo volume descreve o mundo de Jesus, no qual se deu a opção original do seguimento de Jesus e que constitui o ambiente das tradições recolhidas e reelaboradas pelos evangelistas em suas respectivas obras. O último volume, enfim, dirige o leitor para o mais polêmico dos evangelhos, o de João.

JK

HOFFSÜMMER, Willi: *Lexikon alter und neuer Symbole: Für die Praxis christlich gedeutet*. Mainz: Matthias-Grünewald, 1999. 144 pp, 24, 5 X 17, 5 cm. ISBN 3-7867-2190-4.

No despertar do interesse simbólico, como sadia reação à degradação de uma cultura de massa e de propaganda, este dicionário cumpre papel relevante. Tem seu campo restrito. Interessa-se pelos símbolos numa perspectiva cristã, pastoral, com acento sobre os símbolos oriundos do mundo bíblico – Antigo e Novo Testamento –, litúrgico, espiritual. Não faltam esporádicos recuos culturais ao mundo pagão para, em seguida, mostrar a transsignificação cristã. Algumas referências restringem-se exclusivamente ao mundo germânico, ao desvendar a etimologia da palavra em alemão. Assim, por exemplo, quando fala da “casa”, em alemão *Haus*, retrocede ao radical alemão *(S)keu*: cobrir, envolver, símbolo, portanto, do aconchego e da proteção, ter um “em casa”, também na casa de Deus, *Kirche* (Igreja). Como se vê, as alusões implicam conhecimento da língua alemã. Mas são casos mais raros, que podem facilmente ser entendidos.

Além disso, o A. tentou algo original. Inseriu símbolos do mundo moderno, procurando desvendar-lhe o significado na perspectiva da cultura de hoje. Assim ao lado do cordeiro, com sua rica simbologia bíblica, está o automóvel como símbolo de status para milhões de pessoas, que o cultuam quase idolatricamente apesar de todos os inconvenientes que trazem. No entanto, o A. procura encontrar um gancho pastoral. Alguém pode achar artificial e até um pouco cômico quando se compara o cuidado necessário em manter carregada a bateria do automóvel com a fé que precisa também ser cuidada ou quando a Bíblia é assemelhada ao mapa de estrada, indicando o caminho correto a ser percorrido; ou o volante com a vontade de Deus, etc.

Predominam na sua quase totalidade os símbolos clássicos do mundo religioso. Eles são explicados de maneira breve, concisa, exata. Algumas explicações não chegam ao nível simbólico, mas simplesmente descritivas. Um índice de referência facilita seu uso. Não contei os verbetes. Mas calculo que o A. trabalhou mais de 500, sem falar da remissões de um a outro. Como se vê é um dicionário bem nutrido. Nem faltou o “bambu”, que ao ser dividido ao meio, se torna uma canaleta de água, simbolizando a entrega de quem se parte para servir a água.

Em muitos símbolos, o A. mostra sua própria criatividade, deixando ao leitor o juízo da bem ou mal encontrada significação. Pode ajudar a educar o sentido para o símbolo de maneira que possamos ir encontrando sempre novos símbolos no nosso mundo de hoje.

Os símbolos de ressonância bíblica são enriquecidos com as correspondentes citações da Escritura. Isso facilita a inteligência dos mesmos. Em alguns poucos exemplos, o livro traz um desenho estilizado do símbolo.

É naturalmente um livro de consulta que certamente cabe bem nas bibliotecas a fim de enriquecer-nos a compreensão dos símbolos.

JBL

FERNANDEZ-RAMOS Felipe (Dir.), *Diccionario de San Pablo = Diccionarios "MC" / 2*, Burgos: Monte Carmelo, 1999. 17,5 X 12,5 cm., 1235 pp. ISBN 84-7239-474-3.

Este dicionário de teologia paulina abrange mais de 120 verbetes longamente desenvolvidos por uma equipe de 26 colaboradores sob a direção de Felipe Fernández-Ramos, professor jubilado da Universidade de Salamanca e autor de 44 verbetes. Alguns autores são bem conhecidos, fora da Espanha, por outras obras na área bíblica, como José Ramón Busto Saiz, Xabier Pikaza Ibarro, Jordi Sánchez Bosh e Tosaús Abadía.

O Dicionário não é propriamente uma obra direcionada para especialistas em Sagrada Escritura, mas para pessoas com conhecimentos gerais sobre S. Paulo, que desejem um aprofundamento nesta teologia, sem porém se ocuparem com problemas propriamente exegeticos. Trata-se de uma simples obra de teologia bíblica, para quem se ocupa com a pastoral e espiritualidade.

Alguns verbetes ausentes no dicionário o deixam de algum modo empobrecido, mesmo que tal temática esteja em parte incluída nos verbetes da obra: Aliança, Carne, Coração, Evangelho, Glossolalia, Homem, Idolatria, Israel, Juízo, Misericórdia, Mistério, Morte, Mundo, Oração, Poder, Promessa, Sabedoria, Sacrifício, Santidade, Tradição, Vida. Estes são temas muito importantes para a Teologia paulina; não sendo tratados diretamente, ao menos deveria haver no índice a mesma indicação, por meio de setas, de outros verbetes que os incluem. Por outro lado há no Dicionário alguns estudos que poderiam ser considerados periféricos, como os verbetes que tratam de Santos Padres como intérpretes de São Paulo (Agostinho, Crisóstomo, Padres Apostólicos), dando a entender que a composição do Dicionário foi pensada como uma coletânea de trabalhos variados, sem preocupação com uma série de temas bem definida por critérios bem precisos. Não há uma Bibliografia no início ou no fim da obra, mas apenas no fim de certos verbetes, não de todos. Nota-se em algumas a necessidade de uma atualização, dado que obras significativas surgiram posteriormente, de modo especial no estudo de Romanos, Coríntios, Gálatas, Efésios, Colossenses, Filipenses, e Tessalonicenses; para estes verbetes a Bibliografia não atinge a década de 90, precisamente a década onde os melhores estudos têm sido publicados.

O Dicionário é uma introdução ao pensamento, mundo, e Teologia de SP, sem pretensões de grandes aprofundamentos. Como ponto de partida pode ser um bom estímulo para a leitura de obras mais adiantadas.

VM